

NO BALANÇO

DA ECONOMIA

Os mistérios da dívida externa do Brasil

Uma das coisas mais difíceis de se saber hoje é quanto é realmente a dívida externa brasileira, porque de fato ninguém tem acesso a esses números. Ao que tudo indica, o Fundo Monetário Internacional é informado periodicamente, não só sobre a dívida do principal quanto dos juros. Em julho, quando abordado por jornalistas, Eduardo Wiesner, técnico do FMI e que veio ao País integrando a segunda missão do Fundo, falou em uma dívida de US\$ 90 bilhões.

Wiesner não deve ter falado coisa errada, pelo que se pressupõe, haja vista o segredo que envolve os assuntos tratados pelos homens (e uma mulher) do FMI quando vêm ao Brasil. Eles são simplesmente proibidos de descer a detalhes. Ainda mais, a chilena Ana Maria Jul ainda faz questão de ser chamada por Ana Maria, pelos repórteres que a abordam, rejeitando o nome de Jul. Mas isso não é importante sobre a dívida externa brasileira.

O boletim de outubro do Banco Central (ao qual pouquíssimos brasileiros têm acesso ou sabem interpretá-lo) indica uma dívida total em 30/06/83 de exatamente US\$ 76 bilhões, 378 milhões e 587 mil. Quando costuma divulgar cifras, o BC alardeia que este ou aquele é o total da dívida externa, mas não menciona os juros. Mas o que o próprio boletim deixa claro é que esses números se referem apenas ao total líquido, ou seja, apenas o principal da dívida. Hoje, mesmo este principal deve ter aumentado razoavelmente tendo em vista o dinheiro novo que entrou do FMI e mais o Brasil recebeu dos bancos para pagar a dívida para com os próprios.

Mas apesar das imperfeições dos números, o boletim do Banco Central permite algumas observações interessantes. Por exemplo, o esquema de amortização do principal da dívida com o FMI mostra que até 1988 há uma redução gradual e pequena do débito e a partir de 1989 esta dívida volta a crescer na medida em que ela decresceu anteriormente. Outra observação: em março de 1983, o esquema de pagamento do principal da dívida previa, para o ano, uma amortização de US\$ 17 bilhões e 119 milhões. Em 30 de junho, o esquema passou a prever US\$ 10 bilhões e 195 milhões. Esta redução pode ter ocorrido porque o País renegociou ou pagou efetivamente. O óbvio que os boletins futuros demonstrarão. Valter Melo.